

RESENHA

GOVERNOS LULA, DILMA E TEMER: DO ESPETÁCULO DO CRESCIMENTO AO INFERNO DA RECESSÃO E DA ESTAGNAÇÃO (2003-2018)

Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

Recebido em 03/02/2020
Aprovado em 05/02/2020

Governos Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação (2003-2018) é a mais recente produção acadêmica de Fabrício Augusto de Oliveira, profissional com vasta experiência na docência em Economia, além de agregar a vivência na área sustentada ao longo de toda a sua carreira por inúmeras publicações nas temáticas de Política Econômica, Economia do Setor Público, Finanças Públicas, Políticas Públicas e Economia Brasileira.

Na leitura deste livro podemos usufruir de uma interpretação crítica do período Dilma-Temer no estilo totalizante, típico dos heterodoxos tradicionais de boa cepa. O autor combina análise histórica e teórica com a localização dos fatos econômicos numa moldura interpretativa que vai da conjuntura aos aspectos estruturais da Economia. Essa moldura interpretativa evidencia a marca registrada de Fabrício de Oliveira, desdobra sempre a partir de análises da conjuntura, arte que pratica cotidianamente há muitos anos. Nessa moldura peculiar insere, de maneira lógica e tempestiva, o desenrolar da política econômica e o comportamento das principais variáveis macroeconômicas do país, construindo uma linha temporal sem lacunas, ao mesmo tempo marcada por periodizações e pela identificação de processos históricos. Coerente com esses últimos elementos, pincela outros dados e políticas governamentais mais específicas que vão se fazendo necessários. Dessa forma desvela a dinâmica interna da economia brasileira no complexo período em que se debruça,

NEIDE CÉSAR VARGAS

Professora Titular do
Departamento de Economia da
UFES. Contato eletrônico: não
informado.

<https://orcid.org/0000-0002-0648-3969>

bem como a atuação governamental, contextualizadas – sempre que se faz necessário – pela conjuntura internacional.

Os aspectos por ele identificados no âmbito conjuntural são também explicitados nos processos cumulativos, efetuando a interação dos mesmos com tendências estruturais prévias da economia brasileira. O autor analisa as ações governamentais em busca do modelo econômico que lhe é subjacente, ao mesmo tempo em que avalia criticamente a capacidade desse modelo mitigar os desequilíbrios estruturais pré-existentes e as forças políticas que dele se beneficiam.

Soma-se aos pontos já destacados o rigor das informações referentes às mudanças institucionais do período em tela, tornando o seu texto leitura obrigatória para quem deseja compreendê-las ao mesmo tempo no seu detalhe e de maneira contextualizada. A seleção de dados cruciais para o entendimento da dinâmica da economia brasileira num período tão conturbado e controverso, sem exageros nem faltas, faz com que seja boa fonte de consulta para professores de Economia Brasileira, estudantes de todos os níveis e diletantes que necessitem reconstruir, de maneira precisa e crítica, a evolução econômica e mesmo política dessa etapa.

O conteúdo mais específico do livro, desenvolvido em quatro capítulos, é a abordagem dos aspectos globais da economia brasileira, particularmente de 2011 até 2018, localizando-os numa perspectiva mais abrangente do período 2003-2014. O capítulo 1, “Governo Dilma: nau sem rumo e o fracasso da Nova Matriz Econômica – 2011-2014”, apresenta a evolução do primeiro governo Dilma, considerado pelo autor como sem rumo pelo fato de não corrigir os problemas estruturais então manifestos e tampouco ter um modelo de crescimento de longo prazo consistente. Oliveira destaca que após um tranco na economia, com a adoção de medidas ortodoxas no período inicial do governo, Dilma optou por um ensaio heterodoxo visando o crescimento econômico e a recuperação da competitividade da indústria brasileira. Essa opção ocorreu, na visão do autor, sem “nenhuma mudança radical do tripé macroeconômico”, utilizando-se apenas do “redirecionamento e

recalibragem dos instrumentos de política econômica”. Por tais razões as fracassadas tentativas de promover o investimento produtivo tiveram de fato, como efeito, uma atuação focada no consumo, estimulado pelas mesmas políticas já empreendidas desde o governo Lula.

Não obstante, é no capítulo 2, “Governos Lula e Dilma: o casamento mal sucedido e promíscuo com o capital”, que vai tecer melhor os seus argumentos, esgrimindo dados e elementos qualitativos que visam sustentar a hipótese de que Dilma e Lula adotaram o mesmo modelo econômico, numa linha de continuidade entre os dois governos. O conteúdo e as bases do modelo econômico que tiveram por referência são, para Oliveira, muito mais um modelo de estabilização do que um modelo de desenvolvimento. Ele corresponderia ao “modelo liberal periférico”, conforme definido por Filgueiras; Gonçalves (2007), que não funcionaria em países com graves limites estruturais ao crescimento, como o Brasil, tendo em vista impedir que os mesmos sejam enfrentados. Oliveira menciona, ao longo do livro, alguns desses limites, dentre os quais destacamos a elevada carga tributária, a infraestrutura precária, a baixa qualificação da mão de obra, o baixo nível de investimento. A seu ver, ambos não teriam enfrentado tais barreiras, especialmente o governo Lula, que contou com um cenário internacional favorável. Estiveram prisioneiros de uma mesma política econômica, apesar de vivenciarem um cenário externo e interno distintos.

Para Oliveira, o modelo econômico de Dilma teve como sua fundamentação teórica o novo desenvolvimentismo, abordagem que ele considera limitada, mas que foi ainda mais simplificada com o formato assumido na política econômica efetivamente adotada, denominada por alguns de Nova Matriz Macroeconômica. Essa pretensa terceira via, por mais que pretendesse, não alcançou reverter a desindustrialização no país e a reprimarização da pauta exportadora bem como a fraqueza dos investimentos produtivos. Resultou, como já mencionado, numa mera extensão da política anticíclica adotada por Lula em 2010, boa para uma ação tópica, mas precária se permanente. O estímulo à demanda que promovia, especialmente ao consumo, combinado

com a insuficiente expansão da oferta que se verificou, sob uma taxa de câmbio valorizada, gerou o vazamento de seus efeitos para o exterior.

Dentre os erros que, na opinião de Oliveira, explicam o fracasso das políticas da era Dilma, destacamos: um intervencionismo governamental de caráter autoritário, assentado em aumento de gastos públicos que exigia novas expansões da carga tributária, e os efeitos políticos do pleno emprego que foi praticado – numa interpretação kaleckiana da questão, a desconsideração da imbricação entre setor produtivo e financeiro (p. 118-119). Confirmando a opinião de Singer (2015, p. 68), considera que Dilma teria “cutucado número excessivo de perigosas onças com varas notadamente curtas” (p. 126) e cometido equívocos tais como a política de oferta de energia elétrica e de preços de combustíveis, a estratégia de concessões para aeroportos, portos, rodovias e ferrovias, dentre outros. O “conjunto da obra” teria gerado estragos econômicos no tripé de política econômica em função dos custos fiscais das desonerações e dos programas de crédito subsidiado, bem como dos programas de sustentação de renda e de ampliação de gastos sociais. A inabilidade política de Dilma na relação com a classe empresarial e com o Congresso teria ampliado ao limite as insatisfações políticas de todos os lados, alimentando, nas palavras do autor, uma “frente burguesa antidesenvolvimentista”, ao que se somou o aumento das turbulências externas, notadamente a partir de meados de 2014.

O capítulo 3, “A política econômica ortodoxa do desajuste: 2015 e o paraíso perdido”, dá a linha de continuidade ao capítulo 1, apresentando o ajuste iniciado em fins de 2014. Nele o autor destaca a adoção da política de austeridade por Dilma assim que eleita, num movimento de claro estelionato eleitoral, resultando num aprofundamento da crise econômica já em curso. A paralela atuação do Congresso no sentido de minar o ajuste fiscal perseguido, conjugada à inabilidade política de Dilma para lidar com a situação política e econômica em curso, entronizou uma severa recessão em 2015. O autor identifica o acúmulo de desequilíbrios macroeconômicos verificados, com a elevação do custo financeiro da dívida e a agudização do

desequilíbrio das transações correntes manifesta desde 2008, cobertos por investimento estrangeiro direto até 2012, com a dívida externa se aproximando do nível de reservas internacionais em junho de 2015, num quadro externo bastante desfavorável. A desvalorização cambial, somada à explosão dos preços administrados, levou à aceleração da inflação. Os cortes nas áreas sociais, o aumento do desemprego, a rejeição das contas do governo de 2014 e o avanço da Lava Jato, somados ao recuo da meta de superávit primário para 2016 e posterior redução da classificação de risco do país, completaram a tempestade perfeita que culminou com o impeachment de Dilma.

Por fim, o capítulo 4, “O impeachment de Dilma, a economia em parafuso e o governo Temer (2016-2018)”, destaca a paralisia da política econômica do governo Dilma até maio de 2016 e a conclusão de seu impeachment. Também trata das reformas do governo Temer, feitas em meio a pesadas denúncias de corrupção. Temer conseguiu aprovar a famigerada Emenda do Teto, em fins de 2016, mas não teve fôlego político para aprovar a reforma mais ansiada pelos mercados, a da Previdência. As medidas econômicas de Temer aprofundaram a orientação da intervenção estatal para a lógica da sustentabilidade financeira da dívida, revertendo o que ainda havia de políticas heterodoxas de Dilma. A redução da taxa de juros e da inflação, num contexto externo desfavorável, combinou-se com um crescimento econômico claudicante entre 2017-2018, esse em parte devido à medida keynesiana de liberação de contas inativas do FGTS e do PIS-PASEP.

Em termos gerais, observamos, ao longo de toda a obra, o tom crítico do autor à Economia Política petista, que caminha pela linha de menor resistência política sem efetuar mudanças estruturais fundamentais – não aquelas preconizadas pelo mercado, mas as necessárias para garantir um crescimento com inclusão social sustentável no tempo. Oliveira sugere que isso se deveu notadamente ao modelo político de conciliação de classes adotado, com a “associação com forças conservadoras e que bloqueavam qualquer mudança estrutural”, sendo um projeto de inclusão social sem

bases políticas nem econômicas sustentáveis. Por um lado, reconhece as dificuldades para adoção de um modelo econômico mais radical quando se analisa a correlação de forças políticas do momento. Todavia, considera que havia espaço para alguma mudança estrutural, sobretudo no governo Lula, que contou com um quadro macroeconômico mais favorável. Uma delas seria “uma reforma tributária que alcançasse a riqueza financeira e os mais ricos” bem como algum tipo de controle de capitais.

Referências

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

SINGER, André Vitor. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio de desenvolvimento no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos* 102. Julho de 2015, p.43-71.